

A Etnografia Militante como Método: Intervenções com Práticas Comunicacionais na Comunidade Guaribal/Serrinha-CE¹

Catarina Tereza Farias de Oliveira²

RESUMO: Este artigo pretende apresentar os caminhos teóricos e metodológicos de uma pesquisa com intervenções na Comunidade Guaribal na Serrinha/CE. As estratégias metodológicas de análise foram observações e intervenções, realizadas no período de dois anos nessa localidade. Os objetivos do artigo são, problematizar de que modo a comunicação foi se tornando o tema nos processos dessa investigação. O que consegui realizar é uma pesquisa etnográfica com diferentes formas de intervenções e focada em atividades que envolvem práticas comunicacionais educativas e de mobilização, trazendo para o debate a contribuição da etnografia militante para o campo da comunicação cidadã.

PALAVRAS CHAVES: Comunicação; Etnografia; Etnografia Militante.

Introdução

Este artigo descreve uma experiência de campo na Comunidade Guaribal na Serrinha³, bairro da periferia em Fortaleza o qual foi fundamental para minhas reflexões sobre as possibilidades de entrar em campo de forma aberta e dos modos como fui encontrando as questões para essa pesquisa. Tinha partido mais voltada a observar os movimentos populares vividos por jovens e adultos nessa comunidade, mas as crianças e a comunicação foram se colocando para meu olhar outro tema que é de fundamental importância nessas reflexões, é meu encontro com a etnografia militante, método que até então, conhecia somente em sua perspectiva mais interpretativa e o qual consigo trazer para refletir as intervenções vividas nessa investigação.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Associada de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professora permanente do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC) / catarinaoliveira30@gmail.com.

³ Bairro da periferia de Fortaleza, localizado na zona central dessa capital, com 28.270 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano, IDH de 0,282.

A Etnografia Militante

Na sua apresentação clássica, a etnografia ressalta uma estadia resguardada de intervenções explícitas em campo. Porém, essa compreensão do método etnográfico em seu caráter mais interpretativo, me incomodava desde minha última pesquisa (Oliveira, 2014). Atualmente a etnografia contemporânea já se pergunta de seus aspectos militantes e de engajamentos nos processos de pesquisa de campo.

Minha aproximação com a etnografia mais formalmente, teve início durante a pesquisa etnográfica que realizei entre 2010 e 2011, com uma duração de oito meses, no assentamento Itapuí, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, na cidade de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul (Oliveira, 2014). Na ocasião, problematizei a etnografia enquanto método e seus usos nas pesquisas de recepção. Discuti, o que chamei de atenções primordiais para a realização da etnografia nas pesquisas no campo da comunicação. Entre as preocupações com a sistematização e assiduidade de se frequentar o campo, o respeito ao tempo do pesquisador em suas observações e inserções, bem como a preocupação com uma escrita etnográfica, destaquei ainda que uma etnografia requer um mergulho em profundidade do pesquisador em realidades delimitadas. Referia-me, principalmente, a relação do campo da comunicação em pesquisas de recepção com a etnografia. Em muitos casos as pesquisas tinham utilizado esse método em estudos de 12 e até 20 famílias em contextos diferenciados de classes populares, médias e altas (Oliveira, 2014).

A tentativa naquela investigação, foi de traçar as preocupações que, nós pesquisadores de outras áreas, devemos ter quando usamos a etnografia para nossas investigações. Entretanto, naquele momento, não encontrei, na etnografia, uma dimensão interventiva em termos teóricos para refletir sobre como esse método poderia ir além de uma perspectiva interpretativa e compreensiva. De forma mais geral, percebe-se que as pesquisas em comunicação, quando fizeram uso das intervenções em campo nos anos 80 e 90, optaram pela Pesquisa-ação, (PA), ou pela Pesquisa Participante, (PP). Entretanto, para Cogo (2007), a PA foi mais usada nas pesquisas em comunicação dos anos 80 e 90 do que a PP. De acordo com a autora:

[...] fazer pesquisa-ação, parece ter sido melhor acolhida do que fazer pesquisa participante em função da circulação da obra de Michel Thiollent nos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação e da interlocução com o próprio autor, que oriundo da Sociologia, marcou

presença regular em fóruns acadêmicos de pesquisadores de comunicação... (Cogo, 2007, p. 155).

Destaco também que as perspectivas de reflexões sobre pesquisas interventivas em comunicação mais recentes, são os trabalhos que tem adotado a cartografia como referencial teórico (Gorczewski, 2015). Entretanto, com este texto desejo trazer a área da etnografia com as nomeações da etnografia militante para esse debate da contribuição da pesquisa interventiva na área da comunicação e cidadania. Meu interesse é refletir que este método, em sua perspectiva contemporânea, vem trazer a intervenção e a militância, também como temas para as pesquisas, a qual objetivo relacionar com o campo da comunicação cidadania e movimentos sociais populares.

Na antropologia, as discussões sobre etnografia militante tem tomado distintos sentidos. O debate das ideias se inicia com o questionamento das possibilidades de se pensar em uma etnografia militante em ampliação a postura da etnografia clássica mais observacionista. Em primeiro lugar, as reflexões sobre etnografia militante, tem explicitado a necessidade de denúncia e a possibilidade de intervenção por parte do etnógrafo em campo. Nesse sentido, Virgílio (2014) cita que a antropologia clássica tinha por objetivo que o antropólogo se mantivesse distante do “objeto” ou sujeitos pesquisados, mantendo-se numa suposta “Torre de Marfim”. (Virgílio, 2014 p,58) ressalta:

O antropólogo, assim como outros cientistas, em muitas vezes, se considera como isolado completamente de seu “objeto de estudo”, e assim, na maior parte dos casos, deseja permanecer. Seja por se considerarem “diferentes, especiais ou superiores”, seja por de fato não perceberem ou concordarem com a saída da suposta “torre de marfim”, que alguns acreditam pertencer.

Numa crítica a este isolamento analítico, Virgílio (2014) propõe um etnógrafo mais posicionado em campo. O autor defende uma etnografia para além da observação, com posicionamentos mais explícitos em campo e de comprometimento com os problemas surgidos nos processos da investigação. Virgílio (2014) relata, em sua pesquisa, o momento em que é convidado pelos sujeitos pesquisados, a fazer parte das manifestações, não apenas como observador, mas também como militante. O autor diz que essa nova posição não é qualitativamente superior a anterior de observador, mas diferente e pode possibilitar acessos a informações diferenciadas. Desse modo, o pesquisador não defende que a ação do antropólogo como militante é uma verdade única. Para ele, o engajamento é uma possibilidade e uma questão de perspectiva, uma construção distinta que não deve ser imposta ao etnógrafo. Nesse sentido, Virgílio (2014) defende uma posição em que a

etnografia militante deve ser uma opção do etnógrafo e acrescenta que a antropologia deve ser um campo de resistências:

Se desejamos ser (realmente) éticos, que o sejamos, porém orientados para o “outro A opção por “não envolvimento” é uma ação que deve ser analisada pela moral e ética, e a não ação do antropólogo é que pode permitir a continuidade de uma série de desigualdades, injustiças e “falhas sociais, dos mais variados tipos, nos mais diversos níveis e em múltiplas e sobrepostas configurações. (Virgílio, p. 59).

Ramon Rodrigues Ramalho (2013) faz as mesmas críticas ao posicionamento isolado do etnógrafo em campo. O autor traz essa reflexão quando trata da etnografia militante, Ele também associa a escolha pela etnografia militante a uma opção ético/moral do pesquisador em processo investigativo. Expressa essa posição ao dizer que a integração do etnógrafo aos objetos estudados não é uma questão em que este se torne igual aos sujeitos pesquisados, mas uma opção política, expressa desde o trabalho de campo:

Cuando el etnógrafo, asumiendo el carácter ético y la finalidad política de su investigación, se integra orgánicamente con las organizaciones populares y movimientos sociales, con los oprimidos que tratan de mover sus cadenas, para dar práctica a su opción consciente. (Ramalho, 2013, p. 255).

É pautada por essa posição que percebo a relação da etnografia militante com o campo da pesquisa em comunicação e cidadania. Isso ocorre por suas preocupações com o envolvimento com os contextos mobilizados, socioculturais e de resistência, comuns a área da comunicação e cidadania. No entanto, é preciso dizer que as reflexões teóricas de Virgílio (2014) que defendem, essencialmente, posicionamentos mais interventivos e comprometidos, vão além, quando Ramon Rodrigues Ramalho (2013), embora parta de posição teórica semelhante a de Virgílio (2014) e também critique o posicionamento isolado do etnógrafo em campo, ao tratar da proposta de etnografia militante, apresenta o termo etnografia colaborativa. Ramalho (2013), defende que nesse processo de etnografia colaborativa, os sujeitos pesquisados tomem parte na produção do conhecimento como co-autores do processo de investigação: Nessa perspectiva, a etnografia colaborativa se aproxima, de certa forma, de alguns preceitos da PP e da PA. Essa aproximação ocorre num ponto que para mim, tem sido muito difícil ser alcançado em campo. Me refiro a produção conjunta do conhecimento com os sujeitos pesquisados e a construção de estudos e problemáticas de pesquisa com estes atores sociais. Considero-me mais próxima da abordagem de Virgílio (2014), pois esta apresenta a etnografia militante sem essa exigência de construção do conhecimento coletivo.

Outra autora que considero mais próxima da abordagem que consigo seguir na etnografia militante, é Rita Segato (2005). Em seu trabalho com prisioneiras no cárcere em Brasília. Após etnografar e refletir sobre as relações cotidianas naquele contexto, bem como sobre os lugares de falas das prisioneiras, a autora apresenta um projeto de atuação com políticas e de cultura pedagógica com as apenadas. Entendo que Segato (2005), além de realizar uma etnografia reflexiva e de denúncia, também se compromete ao ponto de propor intervenções em formas de: oficinas, rodas de conversas e práticas culturais pedagógicas em campo. É dessa etnografia, não essencialmente, interpretativa, que problematizo a produção desse artigo. Não me comprometo ainda a fazer uma pesquisa etnográfica colaborativa por limitações externas a mim. O fator que impede essa posição colaborativa, diz respeito, principalmente, a correria produtiva e de múltiplas atividades que encontramos nas instituições universitárias. O trabalho para dedicação a essa aventura interventiva/colaborativa exige tempo e dedicação. No entanto, creio que aqueles que desejam fazer etnografias dessa natureza, contribuirão em outro patamar para os sujeitos pesquisados.

Como surgem as Práticas Comunicacionais com Crianças na Pesquisa.

Cheguei na Serrinha sem pergunta de partida e nem mesmo com um objeto definido. A princípio, decidi apenas estar em campo de forma aberta a buscar objetos e questões que este contexto fosse nos trazendo nas dimensões dos processos vividos na investigação. A etnografia, embora seja a representação de maior inserção da pesquisa qualitativa e procure seguir os processos de estar em campo de forma fluída, parte muitas vezes com questões e objetos definidos para representar este objeto. Entretanto, acredito, que essa flexibilidade acompanha o etnógrafo em campo, dependendo das particularidades do modo de etnografar. Quando falo em etnografia penso que devemos partir para uma nomeação no plural, etnografias. Isso ocorre, tanto porque cada etnógrafo tem seu modo de etnografar, como também há distinções entre os debates nos modos de pensar a relação sujeito objeto, subjetividades e processos de distanciamento na antropologia, conforme discuti antes, essa diferença é marcada desde a etnografia clássica até a etnografia contemporânea.

Sobre a flexibilidade em campo, motivo que me guiou a princípio na pesquisa, da comunidade Guaribal, encontro em Magnani (2003), pistas para pensar essa busca pela flexibilidade do olhar do etnógrafo em campo:

Voltando, porém a periferia de São Paulo, começo dos anos oitenta, o propósito era estudar Circo-teatro, forma peculiar de entretenimento e dramaturgia, de longa tradição, tanto no interior do Brasil, quanto nos bairros populares das grandes cidades, mas por uma dessas reviravoltas, que só o trabalho etnográfico aponta, a rede mais geral e o espaço, onde essa forma de lazer se inseria e era desfrutada, terminaram despertando mais interesse do que o próprio objeto de estudo. (Magnani, 2003, p.11).

Essa reviravolta, citada por Magnani (2003), pode ser comparada ao acompanhar de processos e a função de atenção discutidas por Kastrup (2010). Vejo essa relação quando a autora reflete sobre a atenção como uma das pistas da cartografia na pesquisa. Kastrup (2010) expressa que antes de entrar em campo com questões bem definidas e com o objetivo de representar suas interrogações, o investigador precisa estar aberto a dimensão da atenção dos movimentos e dos processos que ocorrem em campo. Essa ideia tem o mesmo sentido que as reviravoltas, conforme referiu Magnani (2003). Kastrup (2010). Diferente de Magnani (2003), se refere a essa reviravolta como funcionamento da atenção em campo e assim a descreve:

O primeiro diz respeito a própria função da atenção, que não é de simples seleção de informações. Seu funcionamento não se identifica como atos de focalização para preparar a representação das formas de objeto, mas se faz através de detecção de signos e forças circulantes, ou seja de pontas de processos em curso. A detecção e a apreensão de material, a princípio desconexo e fragmentados de cenas e discursos, reúnem uma concentração sem focalização, indicada por Gilles Deleuze no seu *abecedaire* através da ideia de uma atenção a espreita, cujo funcionamento vamos procurar elucidar”. (Kastrup,2010, p.33).

O ponto de reflexão é que essa reviravolta, atenção a espreita ou flexibilidade em campo, é comum entre a etnografia e a cartografia, guardadas as distinções teóricas metodológicas do pesquisador. De forma geral, diria que qualquer pesquisador em campo mais flexível, toma a função de atenção como parte da caminhada no processo de investigação. Parti dessa preocupação de estar atenta ao que o campo me proporcionaria para entrar na Serrinha, sem nenhuma questão ou objeto definido, mas qual será o nível dessa fluidez em campo? Até que ponto podemos estar nessa reviravolta e atenção à espreita para construir nossas pesquisas? Aos poucos essas inquietações foram tomando corpo ao longo de dois anos de presença na comunidade Guaribal.

Em 2012, terminava uma pesquisa que ocorreu no Rio Grande do Sul⁴ e voltava a Fortaleza sem vinculações com o campo da comunicação popular mais precisas. Nenhuma prática específica me guiava ou se ligava a minhas condições de pesquisadora naquele

⁴ A investigação foi realizada sobre o MST entre 2010 e 2012 e resultou na pesquisa de meu pós-doutorado

momento. Como a pesquisa anterior se deteve em investigar a circulação de mídias do MST no assentamento Itapuí (Oliveira, 2014), tentei de toda forma voltar a assentamentos no Ceará e prosseguir dos resultados obtidos anteriormente. No entanto, não foi possível por falta de financiamento para a pesquisa. Como os assentamentos são mais distantes de Fortaleza, cidade onde trabalho e resido, ficava mais difícil partir para o campo sem financiamentos. Nesse processo, apareceu a possibilidade de trabalhar na Pró-Reitoria de Extensão, Proex da Universidade Estadual do Ceará, UECE, minha instituição. Era uma proposta de articulação da universidade com movimentos sociais populares das proximidades do campus Itaperi. Aceitei a proposta com o objetivo de perceber possibilidades de pesquisa. Na época estava estudando sobre cartografia, PP e PA como dimensões teóricas que possibilitavam ampliar o olhar mais interpretativo que optei nas últimas pesquisas desde a graduação até a etnografia realizada no assentamento Itapuí.

Na Comunidade Guaribal entrei em campo atenta, sabia que não queria observar no sentido etnográfico clássico da observação e interpretação dos sentidos vividos naquele contexto. O desejo era construir intervenções a partir das solicitações surgidas em campo, sem perder a reflexividade tão presente na etnografia. Por isso, encontrei na etnografia militante, discutida no item anterior, as possibilidades teóricas de intervenção que desejava. Para mim, era melhor seguir com a etnografia e procurar aprofundar-me nesse método a buscar outras metodologias.

Meu primeiro contato com os moradores da Serrinha, aconteceu, aproximadamente em outubro de 2014 na UECE. Fui acompanhar, como representante da Proex, uma mesa redonda que debatia a relação da universidade com os bairros mais próximos da UECE. Naquela mesa era visível a presença das “lideranças” da comunidade Guaribal, além de umas duas pessoas de outros bairros. O debate aconteceu na universidade e teve como resultado a proposta de nos aproximarmos das comunidades vizinhas à universidade. A ideia era que a UECE conseguisse “atravessar a rua”, expressão repetida diversas vezes pela gestão da Proex. Essa era uma forma de dá ênfase as reflexões sobre o distanciamento que a universidade tem com o seu entorno. Isso não significava que nenhum professor jamais tivesse mantido contato com a Serrinha, bairro mais próximo a universidade e no qual se localiza a comunidade Guaribal, da qual me aproximarei. No próprio debate estavam presentes duas professoras/pesquisadoras do Serviço Social que simbolizavam essa relação com a Serrinha. Mas a ênfase na aproximação fazia parte do slogan, que mais tarde, veio a ser criado pela Pró-Reitoria de Extensão como: Programa Diálogos Comunidade. Como

professora, passei a ocupar um cargo na Pró-reitoria de extensão e me desafiei a fazer um olhar reflexivo e não apenas institucional.

Após a mesa em questão, o tema da Lagoa Itaperaoba, como manancial ecológico da comunidade Guaribal foi a primeira demanda que passei a conhecer. A fala das lideranças clamou por colaborações para esta causa. A lagoa é murada por empresas e usada por particulares, somente uma pequena parte pode ser vista e usada como espaço de lazer pelos moradores.⁵

A primeira ida a comunidade Guaribal para conhecer a lagoa, foi justificada para acompanhar uma atividade com crianças e aulas de capoeira as margens da Itaperaoba. Me refiro ao espaço que demarca a pertença que a comunidade tem com esse manancial. Na visita, as crianças aparecem ao nosso olhar pela primeira vez, mas ainda não são vistas por mim como atores nesse processo ou como sujeitos que estarão constantemente presentes, seja como partes de manifestações na comunidade, festividades ou outras atividades que vivenciei nesse contexto como: a formação de comunicadores para a rádio da escola e a criação de um jornal na Escola Municipal Irma Guiliana Galli, EMIGG, localizada nessa comunidade. Estas atividades ocorreram apenas ao final do primeiro ano, 2015 e no início de 2016, respectivamente, após muitas voltas em campo.

A visita pioneira aconteceu num fim de tarde, pôr do sol e muito vento. Lá estavam cerca de 10 crianças entre 7 e 12 anos, jogando capoeira com o Mestre Rato, um professor de capoeira que atua na comunidade e proximidades. Esse foi meu primeiro olhar para a comunidade Guaribal. A construção da aproximação continuou e os problemas da comunidade foram aparecendo: a lagoa, luta por educação, saneamento, o tráfico e violência urbana, se destacavam como problemáticas. Fui ainda, como representante da Proex, acompanhar com outras colegas professoras, o dia do abraço à Lagoa Itaperaoba. Era uma atividade realizada pelo Instituto Irma Guiliana Galli⁶, IGG, instituição educacionais que funciona na comunidade e a qual fui me aproximando gradativamente. As crianças apareceram na marcha com cartazes, e caminhavam numa extensão de 100 metros,

⁵ A lagoa Itaperaoba é tema de luta da comunidade e faz parte da bandeira de manifestações do Movimento Pro-Parque que completa 20 anos agora em julho de 2016. No entanto, não vou problematizar essa temática ecológica no artigo.

⁶ O Instituto Irma Giuliana Galli, IGG é uma instituição sem fins lucrativos, foi fundado em 1994 pela irmã italiana que deu nome a instituição. O IGG tem uma história desde a década de 90 na comunidade e deu origem as escolas da localidade, uma creche e uma escola que funcionou até o ensino fundamenta II, mas que foi paralisada em 2014. O IGG permanece atuando com a creche e realizando atividades de mobilização na comunidade Guaribal.

aproximadamente. Saíam da creche até a lagoa. Ali, mães, algumas autoridades, lideranças e professores ou professoras, tanto da creche quanto da universidade, acompanhavam a mobilização e o ato. Naquele momento, a lagoa se destacava como ponto da mobilização. As crianças ainda não aparecem em minha consciência de recorte para a pesquisa e nem mesmo a comunicação.

Do abraço à lagoa, segui com a parceria com a Universidade Federal do Ceará, UFC, que estava na Guaribal desenvolvendo uma proposta educativa para uma demanda do contexto da comunidade. Em frente a creche do IGG, uma montanha de lixo se acumulava todos os dias para ser recolhida por um caminhão da prefeitura. O caminhão da prefeitura passava, cerca de três vezes por semana para recolher o lixo. A UFC diagnosticou o problema através dos cursos de Design e Arquitetura e quando os encontrei, desejavam desenvolver um projeto com lixeiras ecológicas, bem como a construção de uma praça ecológica na comunidade Guaribal. Passei a fazer parte de um programa de mutirões que aconteciam um sábado a cada mês a mobilizar-se pela criação da ecopraça, projetada pelo curso de Arquitetura da UFC. Entrei nesse processo por todo o ano de 2015. Fiquei com a tarefa de mobilizar a comunidade. Não irei discutir nesse artigo os conflitos vividos na parceria com a UFC, que aconteceram e foram ricos, mas gostaria apenas de destacar que ao longo de 12 mutirões, ocorridos, de janeiro a dezembro de 2015, as crianças foram os sujeitos que mais participaram das ações em defesa da praça e da Lagoa Itaperaoba. Elas sempre apareciam, seja quando eram convidadas a jogar capoeira para ajudar a visibilizar o mutirão ou quando se promovia atividades de plantação de mudas, de pinturas de placas de madeira com desenhos e frases ecológicas para a praça. Vieram também quando realizei um torneio de futebol, atividade usada para mobilizar a comunidade para a construção da praça. Como êxito, em junho de 2015, o lixo foi retirado pela própria comunidade. Essa foi uma vitória significativa, mas em todos os demais meses, a comunidade se mantinha afastada. Aos poucos entendemos que este afastamento tinha relação com o tráfego na comunidade e o controle do espaço na Guaribal. As lideranças apareciam no mutirão, mas em virtude de suas atividades também faltavam muito ao evento mensal. Percebi em todo o processo de mobilização na Guaribal, que as crianças estavam muito presentes. Foi dessa forma que essa comunidade se transformou em lugar para minhas observações.

A partir da percepção das crianças em campo, conheci no IGG um projeto de ecologia que um grupo de aproximadamente 10 crianças de 09 a 11 anos participavam. O dia dessa aproximação, ocorreu quando fui ao instituto participar de uma marcha na semana

do meio ambiente, a qual estas crianças iriam participar e para a qual eu convidei artistas que trabalhavam com bonecos gigantes. Os pequenos e pequenas usavam fantasias de árvores, nuvens, São Francisco e outros símbolos ecológicos. Conversei naquele dia com a educadora do projeto a possibilidade de realizar algo com o projeto. A Educadora mencionou que a escola tinha caixas de som, achei propício trabalhar com as crianças a ativação de uma rádio no instituto e na EMIGG, ambos se localizam no mesmo prédio. Com esse intuito passei a acompanhar uma vez por semana o projeto de educação e ecologia, realizado no contra turno da EMIGG. O projeto era financiado pelo IGG que mantinha uma educadora, uma monitora, material e sala para as crianças. Comecei então a trabalhar para ativar a rádio escolar. Passei quatro meses me aproximando das crianças, ministrando oficinas de entrevistas escolhas de nome do programa, bem como discutindo estilos musicais propensos a serem veiculados na rádio escola. Durante esse período conheci mais sobre a realidade das crianças na comunidade. Algumas eram “órfãs do tráfico” e moravam com tios ou avós. Mesmo oriundas de histórias de vidas marcadas, no momento de criar o nome do programa para a rádio nomearam este de “Criança Feliz”. A princípio, achei o nome muito pouco original, mas após conhecer as histórias de vidas de algumas, entendi que ser feliz para elas, era fundamental, além do fato de que, criança representa brincadeiras e alegria, mesmo em contextos adversos. No decorrer do trabalho já me dava conta do recorte da pesquisa com as crianças e a comunicação.

Desse modo, aos poucos fui procurando a comunicação na dinâmica dos processos de investigação. Embora aparecesse a ecologia, como principal temática, fico em busca da comunicação a todo momento. Nesse sentido, vejo limites para a fluidez em campo, uma vez que por ser dedicada a pesquisar a comunicação popular em suas dimensões de mobilização e educação, acabarei buscando essa proposição em campo, por mais aberta que estivesse as reviravoltas do campo.

Foi a partir da aproximação mais continua com as crianças do projeto de ecologia que iniciei minha relação com esses sujeitos, não apenas como parte da ação de um processo de vê-las como “instrumentos” para a construção de visibilidade nas manifestações da lagoa ou de tê-las como atrações para a construção dos mutirões. Iniciei com a comunidade Guaribal uma aproximação que me fez perceber nas crianças, sujeitos que, gradativamente, me levam a pensar: em que medida suas vozes são ouvidas e como a comunicação pode contribuir nessa escuta a infância.

Os mutirões acabaram em dezembro de 2015 com a saída dos cursos da UFC. Eles justificaram sua saída pelo fim do projeto de extensão na Universidade Federal do Ceará. A praça ficou inacabada, mas algumas melhorias foram conseguidas como: a retirada do lixo, a construção de um campinho de areia com pneus por alguns moradores e a colocação de um parque pela prefeitura. O poder municipal já se organizava com interesses eleitoreiros para as eleições de 2016.⁷

No início de 2016, o projeto de ecologia com as crianças não retornou, pois, o instituto não conseguiu mais manter a atividade. Refleti que meu papel como pesquisadora que intervém, não era fazer o projeto acontecer e com o fim, paralisei meus trabalhos com as crianças e a rádio. Mas um novo fato as trouxe novamente a minha atuação. Escrevi um projeto de extensão com uma colega do curso de mídias digitais da UFC. O projeto tinha como objetivo discutir o uso seguro da internet por educadores e crianças. Logo procurei inserir a EMIGG como um dos lugares do projeto, tanto para estar presente naquela comunidade, quanto para não deslocar minha atenção para outra instituição nova. Ao procurar a diretora da escola para falar do projeto de extensão, ela foi nos revelando que a escola não tinha laboratório de informática. Afirmando que os problemas da instituição estavam mais ligados a criação de um jornal escola, bem como a realização de reforço de escrita e leitura. Impossibilitada de atuar como parte do reforço, por minha formação não ser em Letras, me comprometi com a criação do jornal escola. Faria esse trabalho com a colaboração de três alunos da graduação. Entretanto, pensava também que, posteriormente, esse instrumento poderia ser utilizado como ponte para realizar o projeto sobre uso seguro da internet por educadores e crianças na escola. Mas naquele momento, o que o campo solicitava era a construção do jornal com as crianças. Não via como colocar em primeiro plano a discussão sobre uso seguro da internet. Não digo que essa não seja uma questão importante, mas sigo aqui as solicitações dos sujeitos com os quais desejo realizar esta investigação interventiva. As intervenções, não surgem, portanto, a partir puramente de minhas necessidades. Minha formação e trajetória de pesquisadora da comunicação popular e cidadã já é um limite na flexibilidade, mas o instrumento ou outro processo de ação a ser realizado em campo, precisa ser uma demanda dos sujeitos pesquisados. Quando a rádio escola não prossegue como intervenção, este também é um sinal do campo de pesquisa, o qual procurei seguir.

⁷ Esse tom eleitoreiro é comprovado em junho de 2016 quando a prefeitura retorna para fazer a drenagem da lagoa de forma vertical e sem dialogar com as instituições educacionais e mobilizadas da comunidade Guaribal.

Narrarei a fase de construção do jornal na primeira pessoa do plural, por, incluir meus três bolsistas. Posteriormente, nas conclusões, volto a primeira pessoa do singular.

A realização do primeiro número do jornal nos foi um desafio de aprendizados. Construir e fechar o semestre com o primeiro número terminado era nossa meta. Criamos um clubinho do jornal, composto a princípio por 25 crianças entre 09 e 12 anos. Íamos todas as quintas a tarde, durante dois meses (maio e junho) e nos reuníamos com as crianças. Ao mesmo tempo, nas quartas a tarde, nos reuníamos com os colegas da UFC. A função de desenvolver o jornal ficou sobre responsabilidade minha e de meus alunos. Entretanto, toda quarta-feira, tivemos reflexões sobre a cultura da infância que foram nos guiando em campo e que podem se transformar em nossas futuras reflexões teóricas para as questões que darão continuidade a esta experiência do jornal.

Começamos o trabalho do jornal ouvindo a coordenação e a direção da escola sobre suas expectativas com o impresso. Ficou decidido que somente as turmas da terceira ao quinto ano participariam do processo de elaboração do jornal. Depois mobilizamos as crianças e formamos um grupo que chamamos de clubinho do jornal. A escola fez as inscrições de 25 estudantes para o clubinho. A ideia era fazer uma seleção, mas resolvemos não fazer cortes e deixar que a evasão acontecesse naturalmente. Na segunda quinta que nos reunimos com as crianças, compareceram apenas doze estudantes. Com esse número trabalhamos com três grupos de quatro crianças. Um grupo criaria desenhos e uma história em quadrinhos. Outro grupo faria uma matéria sobre um tema da comunidade e o terceiro indicaria livros e leituras. Além das crianças do clubinho, procuramos ter a participação de outros estudantes da escola. Para essa participação, procuramos os professores e professoras com o pedido de colaboração para o informativo.

O grupo do desenho, não criou uma história em quadrinhos, mas um herói e um anti-herói. O bolsista que ficou com esse grupo, percebeu que um dos meninos gostava de construir rimas. Desse modo, criaram coletivamente dois personagens. O primeiro era o Palhaço Irado que desejava jogar lixo em todo lugar do planeta e o segundo, era o Papo Reto, um rapper que dava conselhos educativos ao palhaço. Na turma da matéria sobre a comunidade, uma das crianças sugeriu o alagamento da Guaribal como tema para a matéria. Apesar de não termos este ano um período de quadra chuvosa e de atravessarmos no Ceará uma seca de seis anos, a comunidade Guaribal se encontra às margens de uma lagoa e os alagamentos estão na memória de todos, inclusive das crianças. Para a construção da

matéria, fizemos entrevistas gravadas com outros alunos e alunas da escola. As perguntas da entrevista foram escritas pelas crianças e fundidas num único roteiro. O título da matéria também foi escrito de forma coletiva. Cada criança fez um desenho e escreveu uma frase, ao final fundimos um único título que ficou assim definido: “O alagamento vive na comunidade Guaribal”. Antes da junção do título, tínhamos, pelo menos duas ideias que as crianças escreveram: “A comunidade sofre alagamento” e “O alagamento vive”. Optamos pela junção dos títulos para valorizar todas as contribuições. Assim fomos trabalhando, o que chamamos de tentativa de construção coletiva do Jornal IGG. No grupo de dicas culturais foram realizadas leituras de livros na biblioteca para a indicação final de uma obra no jornal. Esse grupo teve muitas ausências das crianças, mas ao final construíram suas matérias com desenhos e dicas para o informativo.

O processo de escolha do nome do informativo foi realizado em duas etapas. Primeiro, as crianças do clubinho, indicaram alguns nomes. Entre os nomes indicados estavam: Jornal Galli; Jornal da Gente; Jornal das Crianças; Jornal Irma Giuliana Galli. A partir dessas indicações preparamos uma cédula e uma urna. A votação foi realizada nas salas da terceira a quinta série. Ao final tomamos o primeiro e o segundo nomes mais votados e montamos o Nome do impresso que ficou assim denominado: Jornal IGG: informativo das crianças, isso por que o nome mais votado foi Jornal Irma Julianna Galli e o segundo, Jornal das Crianças.

Imaginem que tudo isso foi vivido em meio a muito barulho e correria das crianças. Havia momentos em que nem conseguíamos fazer o trabalho. Não tínhamos com os pequenos e pequenas o mesmo controle do olhar que seus mestres da escola. No entanto, sabíamos que não era apenas falta de didática infantil. Sobre esse ponto, precisamos refletir mais em outro momento. Essas reflexões dizem respeito a cultura da infância e as possibilidades de sabermos ouvir as expressões e ideias infantis. Em nosso caso, trata-se de compreender, em que medida estamos ouvindo a voz das crianças na construção do Jornal IGG.

Inconclusos para continuar a pesquisa

Não posso trazer reflexões conclusivas sobre o Jornal IGG por se tratar da construção de um único número. Com essa experiência farei artigos posteriores com os bolsistas. Entretanto até o momento, entendo que na dinâmica de observar o campo, os

processos de intervenção, tem dois sujeitos que orquestram as escolhas. O primeiro é o pesquisador com suas subjetividades, militâncias e presença constante em campo. Este traz sua área de atuação e suas trajetórias e experiências de pesquisas anteriores para o trajeto da pesquisa interventiva. O segundo, os sujeitos pesquisados em seus contextos. Estes expressam suas demandas e solicitações ao pesquisador. No caso dessa pesquisa, me foram apresentadas demandas pela defesa das lutas ecológicas, seja da lagoa ou da construção da praça, mas nesses cenários, atuei sempre ou com propostas de mobilização ou com práticas de comunicação, pois estas tarefas estavam historicamente identificadas com minha formação e escolhas ao longo de mais de 20 anos como pesquisadora. Da mesma forma, os pesquisadores da Arquitetura e do Design se dedicavam mais as tarefas relativas as paisagens e estrutura do trabalho na comunidade. Desse modo, acredito que a etnografia militante, é um processo aberto a compromissos, mas em cada investigação, o etnógrafo traz as intervenções que estão a seu alcance. A atenção em campo funciona livre, mas de algum modo tem seus limites nessa formação. Em primeiro lugar, estou falando de intervenções em formas de oficinas, rodas de conversa e proposições pedagógicas como ocorreu em Segato (2005). Em segundo lugar, falo, das intervenções e da presença do pesquisador em manifestações e militâncias em campo, semelhante aquela proposta por Virgílio (2014), esta é de compromissos ético e moral do etnógrafo. Considero que realizei as duas em campo de forma distinta e adaptada ao contexto da observação.

Referências Bibliográficas

- COGO, Denise. Repensando a Ciência participativa na pesquisa em Comunicação. In: PAIVA, Raquel (org.) **O retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.
- GORCZEVSKI, Deisimer (ORG.). **A arte que inventa afetos**. Fortaleza, imprensa Universitária, 2015.
- KASTRUP, Virgínia (2010). **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Kastrup e ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia – pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulinas, 2010.
- MAGNANI, Carlos G, C, **A Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo, Hucitec, 2013.

OLIVEIRA, Catarina T. F (2014) **Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia do assentamento Itapuí-RS**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2014.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. **Contribución a la propuesta de una etnografía militante**. X Jornada de Sociologia Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013? 210-297p.

SEGATO, Rita Laura: «**El sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto ‘habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel’**» en Allende Serra, Mônica (ed.): *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano, Iluminuras / Associação Arte sem Fronteiras, San Pablo, 2005.*

VIRGÍLIO, Jefferson: **Etnografia militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo: revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea**. Florianópolis, 2014 (monografia).